



Análise do jornalismo impresso no Campo das Vertentes¹

Ingrid de Andrade MIRANDA²

Anna Carolina Slaibi ARAÚJO³

Filomena Maria Avelina BOMFIM⁴

Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG

Resumo

A proposta desta pesquisa é desenvolver um estudo sobre a história do jornalismo impresso das cidades pólo do Campo das Vertentes, no estado de Minas Gerais. Para tanto, serão analisados os periódicos de São João del-Rei, Barbacena e Lavras, compreendidos entre os séculos XIX, XX e XXI. O objetivo é resgatar a história do jornalismo impresso dessas cidades registrando-a de forma sistemática, com o intuito de avaliar a relevância do registro do jornalismo impresso regional para reconhecimento em âmbito nacional da memória jornalística dessas cidades. Considera-se que o resgate histórico desses periódicos possa enriquecer a história da imprensa de algumas cidades do interior mineiro, além de contribuir para a valorização da cultura local.

Palavras-chave: Jornalismo Regional; Desenvolvimento Regional; Cultura Regional; Identidade; Cidadania.

Introdução

O objeto de pesquisa selecionado para este trabalho diz respeito à história do jornalismo impresso desenvolvido em alguns municípios do Campo das Vertentes no Estado de Minas Gerais. Os periódicos a serem analisados pertencem às cidades que formam as microrregiões do Campo das Vertentes, isto é, São João del-Rei, Barbacena e Lavras. Nesse sentido, a problematização do objeto em questão relaciona-se à existência ou não de registros estruturados do jornalismo impresso nas áreas mineiras em foco, salientando a importância de se registrar de forma sistemática a história da mídia impressa do Campo das Vertentes para o reconhecimento da memória jornalística dessa região. Para que os mesmos se cumpram, será necessário apresentar a região do Campo das Vertentes, identificar os jornais dos municípios mais importantes e recuperar a história desses meios, além de indicar seu público-alvo, sua periodicidade, linha editorial e características marcantes. Com isso, busca-se organizar os dados recolhidos a fim de disponibilizá-los para consulta pública.

¹ Trabalho apresentado no IJ 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Estudante de Graduação. 7º período de Comunicação Social/Jornalismo da UFSJ, e-mail: ingridandradem@yahoo.com.br.

³ Estudante de Graduação. 7º período de Comunicação Social/Jornalismo da UFSJ, e-mail: annacslaibi@yahoo.com.br.

⁴ Orientador do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFSJ, email: myosha@gmail.com.



Justificativa

No campo da Comunicação Social, a relevância desta pesquisa se deve ao fato de se dedicar ao registro e sistematização histórica de publicações que canalizam trocas simbólicas e práticas interativas ao provir informações nas diversas instâncias e situações da vida social de determinada localidade – neste caso inscrita na região do Campo das Vertentes. Dessa maneira, entende-se que esta pesquisa colabora, simultaneamente, para a construção e constituição do campo da Comunicação Social: no primeiro caso porque compõe o panorama do campo de produção do conhecimento voltado a essa área; ao mesmo tempo, como elemento constituinte, organiza internamente o panorama da Comunicação Social no país. Consequentemente, este estudo pode contribuir de maneira significativa para o reconhecimento e respeito da Comunicação Social, o que é sobremaneira relevante para que sejam obtidos recursos voltados ao desenvolvimento de pesquisas na área junto às instituições de fomento.

Referencial Teórico

Jornalismo Regional

Pressupõe-se quer o jornalismo local/regional seja aquele que retrate a realidade local ou regional, trabalhando, portanto a informação de proximidade. E é essa informação de proximidade que representa a identidade de uma região, já que a mídia do interior incorpora elementos típicos da cultura local na transmissão de informações.

A imprensa local, segundo Juliana Colussi Ribeiro (2005) ainda é, muitas vezes, vista com desprezo por profissionais da área de comunicação e também por pesquisadores acadêmicos que enfocam seus estudos na mídia. A autora, ao contrário, destaca esse tipo de empresa jornalística, por sua função comunitária, pois para a mesma essa prática faz parte da vida da cidade, ao mostrar os problemas, acontecimentos, reivindicações e outras questões locais que não são veiculados na grande mídia. A autora também revela que o jornal regional ainda traz características estereotipadas no passado, pois ele ainda é conhecido como uma imprensa “artesanal” – mais opinativa que informativa, no qual discute os problemas, interfere nos bastidores da política, denuncia e também fofoca – e com precariedades técnicas. Além disso, a questão do comprometimento com o município, refletindo as disputas, as lideranças e tendências políticas ainda existe. Esse tipo de jornalismo atende as necessidades dos assuntos locais e o coloca no centro dos problemas e discussões.



Ribeiro (2005) frisa as vantagens do jornalismo regional pelo privilégio da proximidade com o público e os problemas locais. Esses veículos permitem a polifonia em sua circulação “ao abrir espaço para a dona de casa reivindicar melhores infraestruturas em seu bairro, ao mostrar a cultura dos municípios da redondeza e também ao questionar as irregularidades na administração da prefeitura”.

Citando Lopes (1998), a autora difere o jornalismo local dos jornais de grande circulação. Para a mesma, o papel da imprensa do interior é tornar público as decisões, as reivindicações e os fatos locais e regionais. “Isso leva o jornal do interior a ser a principal fonte de informação, transformando-o no melhor ponto de encontro entre quem quer vender ideias e quem quer comprar ideias. Nada substitui a visão local”, afirma Lopes.⁵

Ribeiro (2005) comenta que, depois da década de 70, os jornais estavam fechando suas portas por causa de um deficiente espírito empresarial, da imaturidade técnica e da ausência do profissionalismo, a imprensa regional transforma-se de “poesia para empresa”. A autora destaca a evolução para reverter o quadro da época, baseando-se em Ortet, ao afirmar que atualmente a imprensa do interior tem como características fundamentais o esforço pela introdução de maior velocidade, refletido na substituição rápida de tipos e linotipos por sistemas de impressão em rotativas e off-set, na introdução acelerada da informática, tecnologia que, além de aumentar a rapidez, impulsiona a melhoria da qualidade estética e gráfica dos jornais. (ORTET, 1998:125)

De acordo com Mário Luiz Fernandes, em seu livro, *A Força do Jornal do Interior*, a mídia local tem um compromisso com o lugar e com a informação de qualidade.

“A notícia local é a missão dos jornais de pequeno porte. Como define Erbolato (1985 :55), ‘ a grande arma dos jornais do interior e dos semanários comunitários é a divulgação dos fatos que ocorrem perto do leitor e a ele ligados’. Nada pode ser mais susceptível de ser interpretado no contexto cultural do leitor do que os fatos locais vivenciados por ele.” (FERNANDES, 2003. pp.149, 150)

A vontade de estar próximo dos acontecimentos e de ter acesso às informações referentes ao espaço onde vivem é uma constante entre as populações regionais. É importante, pois, participar de forma direta ou indireta do desenrolar dos fatos cotidianos desse local. Assim, o autor afirma que:

⁵ “Em busca do perfil do jornal do interior de São Paulo”, que faz parte do livro “A evolução do jornalismo em São Paulo”. É importante comentar que existem poucos estudos sobre a imprensa regional no Brasil, por isso a bibliografia é escassa e quem optar por estudar esse tipo de jornalismo ainda tem de garimpar teorias.



“Para o cidadão que busca a informação no jornal local, a notícia não é apenas uma forma de atualizar-se, de manter-se informado sobre os fatos correntes em sua comunidade, mas uma maneira de inteirar-se em relação a esses acontecimentos” (FERNANDES, Mário Luiz., 2003. p. 150)

Dessa forma o jornalismo regional, pode, além de tornar representada a sociedade ou a comunidade local, ampliar o espaço democrático de discussão dos interesses vigentes.

Nesse sentido, o jornalismo regional vai além do registro de acontecimentos. Ele está diretamente relacionado com a necessidade do homem de se relacionar com o espaço em que vive. Por meio das informações publicadas, o homem se reconhece como cidadão, como membro da sociedade. É a partir dessa identificação que o público cria condições de refletir sobre os problemas sociais e contribuir para a construção da realidade.

Desenvolvimento Regional

Antes de discutirmos a cerca do desenvolvimento regional, trataremos de especificar o que se entende por região. Segundo Artur Carlos Crespo Martins Cabugueira (2000), a ideia de região não tem sido aceita da mesma forma em todos os campos de ação e, em alguns casos, esta tem sido utilizada de modo ambivalente.

Para tanto, o autor faz a distinção entre espaço e região. De acordo com Cabugueira, o espaço pode ser considerado a partir de um conjunto de dados econômicos localizados, porque o que dá unidade ao espaço é as suas características e a natureza das relações de interdependência. Já a região pode ser classificada como algo mais restrito, não resultando as delimitações de fatores associados à dimensão, mas a razões de contiguidade, pois os elementos que a compõem se localizam necessariamente de forma contígua.

As autoras Ana Cristina Fachinelli e Carole Satie (2000) acreditam que devido à globalização, no atual momento, se torna difícil compreender os limites do contexto que se pretende definir. Elas discutem a ideia de que as fronteiras geográficas que conhecemos se transformaram em fronteiras culturais, na qual suas distinções de tornaram mínimas, e estas devem ser percebidas pelo contexto.

“Geograficamente, as fronteiras têm se transformado, permanecendo fortemente as fronteiras culturais. São nuances, às vezes paradoxais, de um momento da história da humanidade que, se ainda não totalmente compreendido, deve ser ao menos percebido e considerado na adaptação contextual das instituições” (FACHINELLI & SATIE, 2000. p. 221)



Fachinelli e Satie ainda afirmam que as novas dimensões para delimitar as fronteiras culturais podem ser observadas, também, em diferentes áreas do conhecimento, estas, decorrentes da reflexão epistemológica sobre as possibilidades de construção das bases teóricas fundamentais para a análise e compreensão de fenômenos atuais. Para isso, elas citam o uso das estratégias de informação e de comunicação para caracterizar o desenvolvimento regional.

A compreensão dessa situação, segundo Denadeti Parcianello Belinazo e Jussara Jacomelli (2006), remete ao campo da imaginação, do simbólico, onde concepções de dominação, facilmente, encontram terreno fértil para modificar a sua hegemonia. Dessa forma, o mecanismo de escape é acessar a recepção-aceitação de determinadas concepções como crenças, no intuito de construir um caminho de legitimação, de construção hegemônica da dominação. Incorporando o pensamento de Ortiz (1994), as autoras comentam que ao discutir sobre construção hegemônica, o mundo da cultura se coloca como um espaço de crenças, no qual estas evoluem para o patamar da convivência, pois o significado de desenvolvimento para uma civilização está intimamente ligado a sua construção cultural.

Belinazo e Jacomelli (2006) evidenciam a necessidade de uma valorização nas potencialidades dos atores locais regionais em meio ao processo de mundialização das economias, solicitando diferentes abordagens, de tal forma que “a tensão entre a ascensão da mundialização das economias, de um lado, e a volta às identidades e aos territórios, de outro, desempenha papel fundamental nessa decomposição-recomposição do pensamento social” (ZAOUAL, 2003, p.27). Sob essa perspectiva, as contingências de cada meio, a ideia de pertencimento, que se relaciona com os demais, sendo resultado de múltiplas contingências; o ser social, que pensa e age num processo de movimento, de forma dinâmica, no qual definem o hibridismo cultural, são condições essenciais a serem consideradas para que seja construído um projeto de desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento exige uma abordagem multidisciplinar, intercultural e regional. A cultura do capitalismo deve ser considerada, porém não como abordagem única.

“O indivíduo situado está no centro da problemática da mundialização. Mesmo sendo arrastado por ela, o indivíduo busca dar significações locais ao império da técnica. Por esses motivos, a mundialização precisa estar habitada por homens com todas suas diferenças, seus costumes de lugares, suas crenças, etc” (ZAOUAL, 2003, p. 105)



Para efeito dessa pesquisa, entende-se que o desenvolvimento regional sempre se fez valer da cultura, de tal forma que, para a modernidade se construir e reinar, os indivíduos utilizaram de suas estratégias de comunicação e informação para a formação de uma civilização que fosse caracterizada por suas expressões e conhecimentos.

Cidadania

O dicionário define cidadania como qualidade ou direito de cidadão. E cidadão como sendo o indivíduo no gozo de seus direitos civis e políticos de um Estado. No livro, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, José Murilo de Carvalho nos convida a refletir sobre o problema da cidadania, sobre seu significado, sua evolução histórica e suas perspectivas.

O autor considera a cidadania como um fenômeno complexo e historicamente definido.

“[...] a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. [...] Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos.” (CARVALHO, José Murilo de., 2006, p.9)

Para tanto define os direitos civis como os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Os direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Finalmente, há os direitos sociais.

“Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva.” (CARVALHO, José Murilo de, 2006, p.9)

Quando o Carvalho (2006) delimita esses três direitos para definir cidadania o objetivo é fazer-nos pensar sobre o direito à vida, igualdade, direito a uma educação digna, direito de livre escolha para aderir às diversas associações econômicas, políticas e culturais, direito ao reconhecimento e à história. Nesse sentido, cidadania, por certo, é abrir caminhos para o progresso do ser humano, é lutar pelo bem-estar da comunidade, é ter direitos assegurados, tanto em relação ao Estado quanto na relação com o semelhante. Exercer cidadania implica tomar consciência das injustiças sociais, descobrir os direitos, vislumbrar possibilidades de ação e, se possível, tentar mudar o rumo da história.

Ênio Resende, em seu livro *Cidadania - o remédio para as doenças culturais brasileiras*, faz um contraponto interessante a essas questões. Apesar de acreditar que



existem diversas organizações se dedicando à temática da cidadania em todo o Brasil, ele diz que ainda não conseguimos superar a apatia e o conformismo, reagindo em favor do combate à corrupção, às espertezas generalizadas e à impunidade, bem como do surgimento de uma nova classe política que aperfeiçoe, em prol do país, as leis e instituições, formando governos éticos e competentes.

Resende (1992) nos convida a despertar os brasileiros para a cidadania e educá-los para uma prática natural e constante. Para tanto, define cidadania como:

“[...] um estado de espírito e uma postura permanente que levam pessoas a agirem, individualmente ou em grupo, com objetivos de defesa de direitos e cumprimento de deveres civis, sociais e profissionais. Cidadania é para ser praticada todos os dias, em todos os lugares, em diferentes situações, com variadas finalidades. Não se pode confundir cidadania com atos isolados e eventuais de protestos e reivindicações, muitas vezes justos, porém efêmeros” (RESENDE, Ênio J., 1992, p.67)

O autor afirma ser sua intenção, ao denunciar as “doenças culturais brasileiras”, multiplicar a motivação para a cidadania, que é uma importante e eficaz arma democrática de que dispõe a população para mudar as instituições do país.

“[...] o exercício da cidadania implica mais participação pessoal na família, nos grupos, na comunidade, o que possibilita satisfazer necessidades de convivência social, e satisfação pessoal pelas contribuições derivadas dessa participação.” (RESENDE, Ênio J., 1992, p 86)

Para efeito dessa pesquisa, e tomando como base os autores supracitados, definimos cidadania como direito civil, liberdade individual de expressão, direito político, através do direito à comunicação, que vai além do direito de ser informado, e direito social, que abrange o direito à vida, igualdade, direito a uma educação digna, direito de livre escolha para aderir às diversas associações econômicas, políticas e culturais, direito ao reconhecimento e à história.

A construção da cidadania parte do envolvimento com a função social do jornalismo, responsável por debater temas de interesse público local, ser “vigilante” do poder público, alertar e orientar as comunidades que constituem uma determinada região. Através do direito a uma política pública democrática de comunicação que assegure pluralidade e diversidade na representação de idéias e opiniões

Nesse sentido, o resgate histórico do jornalismo impresso no Campo das Vertentes em Minas Gerais contribui para a formação de cidadãos efetivos, na medida em que permite o acesso ao cotidiano, a história e a memória de uma época. Como afirma Ênio Resende (1992), devemos enxergar a cidadania como um avanço cultural. E



para isso, é necessário entender a mídia local como meio que viabiliza a informação e permite que os membros da comunidade utilizem a mídia como instrumento de exercício da cidadania, reivindicando seus direitos e reconhecendo seus deveres como cidadãos locais.

Identidade

A identidade está ligada a uma série de fatores, como a constituição dos sujeitos, a linguagem, os hábitos, os costumes, enfim, à cultura de um determinado grupo. A relevância deste tema consiste no fato de que a identidade é reflexo de diversos papéis sociais e grupos dos quais os sujeitos participam. Com a fragmentação e diversificação dos grupos, há também modificações na forma como a identidade é constituída. E a identidade nada mais é do que “algo que se supõe definir o próprio núcleo ou essência de nosso ser e fundamentar nossa existência como sujeitos humanos” (HALL, 2006, p.10).

De acordo com Martino (2010), a criação de discursos para a identidade depende de vários fatores, a começar pela memória – sem ela não há tramas a narrativas, não há discurso sobre o presente. Nesse sentido, desconhecer a relevância desse conceito pode colocar em risco a autenticidade das práticas comunicativas em exercício no contexto regional, na medida em que dessa forma relega-se a um segundo plano as crenças, maneiras de viver, hábitos e preceitos morais considerados nas relações interpessoais que se passam nesse cenário, quer sejam elas privadas ou públicas.

No começo de sua obra Hall demarca a importância de se entender o contexto histórico da pós-modernidade para compreender mais claramente como a identidade está se desenvolvendo nesse cenário, em torno disso ele esclarece:

“Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios com sujeitos integrados. [...] Esses processos de mudança, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada.” (HALL, Stuart. 2006, pp.09,10).

Ao tentar compreender melhor a crise da identidade no sujeito pós-moderno Hall (2006) faz reflexões acerca dos estudos culturais e introduz o leitor a três concepções



básicas de identidade do sujeito na História: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

Hall coloca que esse sujeito pós-moderno vive identidades distintas em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente, pois o mundo está em modificação e os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, o que faz o sujeito se confrontar com uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, “[...] com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente” (HALL, 2006, p.13).

Nesse sentido os pensamentos de Hall (2006) e Martin (2010) convergem para o mesmo ponto. Segundo Martino (2010) as fronteiras da identidade estão em permanente mudança.

“[...] a identidade não se define pelo que você é, ou por como você está, mas com “você sendo”. A identidade se configura como uma estrutura dinâmica, relacionando dialeticamente com o cotidiano no sentido paradoxal de se mantê-la em plena transformação.” (MARTINO, Luís M. Sá. 2010, p.37)

Ambos os autores querem dar a noção de que a identidade não é algo fixo, imutável, mas incentiva a refletir sobre como ela se transforma e como se vincula aos nossos problemas políticos, econômicos, sociais e culturais.

Martino (2010), em seu estudo sobre identidade, afirma ainda que com a globalização a identidade não é mais definida apenas pelo espaço local, pelas práticas da comunidade imediata, nem mesmo pelo contorno das fronteiras nacionais que definiram partes comuns do caráter de um agrupamento de pessoas. Trata-se de uma identidade global, na qual elementos de várias origens diferentes se aglutinam, se influenciam mutuamente, se definem e redefinem conforme o uso. “A globalização atinge diretamente as noções de identidade ao questionar a idéia de ‘origem’, elemento fundamental para a afirmação de quem se é. Em um mundo globalizado, a origem se torna difusa, híbrida, desterritorializada.” (p.45)

A partir dessa narrativa vê-se a importância do registro histórico para a formação da identidade. Apesar de estar à mercê de transformações a identidade é algo que se desenvolve a partir dos discursos que definem as fronteiras de quem se é a partir de um passado e um presente. A composição das relações de identidade se desenvolvem, entre outros fatores, a partir dessas características, produzidas a partir de documentos e fatos históricos, nem sempre reais, mas que servem para explicar o presente e dizer, a partir de um passado, quem se é agora.



Nesse sentido, valorizar a cultura regional e registrar fatos históricos é imprescindível, uma vez que a comunicação regional está diretamente relacionada com o conceito de identidade. De acordo com Martino (2010) textos da mídia podem se tornar a origem da maneira como pensamos sobre nós mesmos. Sendo assim, os discursos identitários de origem não servem apenas para designar quem se é. Eles atuam igualmente para definir quem são os outros. Portanto, o exercício de produzir a história do jornalismo de um local implica o reconhecimento de processos de identificação dependentes de sistemas culturais que articulam relações de vizinhança, territorialidade e proximidade.

Cultura Regional

Clifford Geertz (1989) afirma em sua obra, *A interpretação das Culturas*, que a Era Glacial parece ter sido a época em que se forjaram praticamente todas as características da existência do homem que são as mais graficamente humanas.

“Em vez de a cultura funcionar simplesmente para suplementar, desenvolver e ampliar capacidades organicamente baseadas, lógica e geneticamente anteriores a ela, ela parece ser o ingrediente dessas capacidades. Um ser humano sem cultura seria, provavelmente, não um macaco intrinsecamente talentoso, embora incompleto, mas apenas uma monstruosidade totalmente sem mente e, sem consequência, sem possibilidade de ser trabalhada.”
(GEERTZ, Clifford: 1989, p. 80)

Entre o que o nosso corpo nos diz e o que devemos saber a fim de funcionar, há um vácuo que nós mesmos devemos preencher, e nós o preenchemos com a informação, ou desinformação, que é fornecida a partir da nossa cultura. Geertz relata que a fronteira entre o que é controlado de forma inata e o que é controlado culturalmente no comportamento humano é extremamente indefinida e vacilante. O autor ainda afirma que somando todos os fatos, nós somos animais incompletos e que a cultura, totalidade acumulada de padrões, não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela, sendo considerada a principal base de sua especificidade.

Néstor Canclini (2000) constrói em sua obra, *Culturas Híbridas*, o conceito de que a noção de público é perigosa. Para o autor, o que se denomina público, a rigor, é um volume de setores que pertencem a estratos econômicos e educativos diversos, que possuem hábitos de consumo cultural e disponibilidade diferentes para trabalhar com os bens oferecidos no mercado. Além disso, nas sociedades complexas, onde a oferta cultural é muito heterogênea, existem simultaneamente vários estilos de recepção e



compreensão, formados em relações díspares com bens procedentes de tradições cultas, populares e massivas.

“Precisamente porque o patrimônio cultural se apresenta alheio aos debates sobre a modernidade ele constitui o recurso menos suspeito para garantir a cumplicidade social. Esse conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo é apreciado como um dom, algo que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo. As únicas opções possíveis – preserva-lo, restaura-lo, difundi-lo – são a base mais secreta da simulação social que nos mantém juntos.” (CANCLINI, Nestor G. 2000. p. 160)

Canclini acredita que um dos traços distintivos da cultura tradicionalista é conseguir “naturalizar a barreira entre incluídos e excluídos”, desconhecendo a arbitrariedade de diferenciar os territórios, de determinar os repertórios de saberes para ensina-lo na escola ou das coleções de bens para exibir em um museu, além da ritualização indiscutível que separa os que têm acesso à essa cultura e os que não conseguem acessa-la. O patrimônio cultural, na visão do autor, trabalha como um recurso para reproduzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que conseguem um acesso preferencial à produção e a distribuição dos bens.

“A cultura moderna foi compartilhada por uma minoria (muito mais ampla, é evidente, que se não tivesse havido revolução) e que as culturas étnicas ou locais não se fundiram plenamente em um sistema simbólico nacional, ainda que também já não possam ser alheias a ele.” (CANCLINI, Nestor G. 2000. p. 154)

Ao descrever as hibridações culturais em sua obra, Canclini infere que atualmente todas as culturas são de fronteiras, pois todas as artes se desenvolvem em afinidade com outras artes. Dessa forma, as culturas se desprendem da relação exclusiva e dependente com seu território, favorecendo o benefício da comunicação e do conhecimento que é difundido independentemente da região.

“É a alma do país. Quando penso em uma salvação possível, vejo que só poderia vir de lá. No interior estão mais seguros a permanência dos valores culturais, o respeito à tradição, e sobretudo, o fato de que as comunidades fazem algo transcendente por eles respeitando sua identidade” (COLLUCIO, Félix. In: CANCLINI, Nestor G. 2000. p. 161)

Geertz afirma que a cultura é um fator decisivo para a formação pessoal, sendo apontada como a principal base de sua especificidade. A cultura é elencada como uma particularidade do indivíduo, pois a cultura, ao invés de ser somada a um animal acabado ou virtualmente acabado, é um ingrediente essencial, na produção desse mesmo animal. Canclini, por sua vez, desenvolve o conceito de que a cultura de fronteira, com



sua desenvoltura e afinidades com outras artes, se desprende da relação exclusiva e subordinada com seu território, favorecendo o benefício da comunicação e do conhecimento que é difundido sem a dependência da região. A cultura não se adequa a grupos fixos e estáveis, entrecruzando-se ao longo do tempo, e, ainda por cima, cada usuário pode fazer sua própria coleção. Arquivada como forma de preservá-la, restaurá-la, difundí-la, a cultura organiza e simboliza a vida social que permanece exposta a uma interação crescente com a informação, a comunicação e os entretenimentos.

Métodos

A metodologia de pesquisa escolhida foi o estudo de caso, respeitando a sua natureza qualitativa. Aliadas a ela, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica para elaboração da revisão de literatura, além de entrevistas e análise documental para efetivação da coleta de dados. A análise foi realizada por meio da análise de conteúdo.

Resultados

Nesta parte apresenta-se o conjunto de informações numéricas relativas a 114 periódicos das cidades pólo do Campo das Vertentes, dos séculos XIX, XX e XXI. Tais exemplares foram disponibilizados pela Biblioteca Municipal Baptista Caetano D’Almeida e pelo Arquivo Público Mineiro podem ser consultados através do site disponível no endereço <http://www.dibib.ufsj.edu.br/bibliotecapublicasjdr/> e <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. É importante ressaltar que, ao todo, foram analisados cerca de 250 exemplares, dos 114 títulos encontrados.

A organização sistemática dos periódicos analisados permite o realce das peculiaridades do jornalismo das cidades na época em questão. A importância disso reside no fato de que resgatar a história da mídia impressa do Campo das Vertentes leva ao reconhecimento da memória jornalística dessa região e ao enriquecimento do Campo da comunicação social.

São João del-Rei

A partir da análise de 68 títulos de jornais antigos da cidade de São João del-Rei, pode-se observar que 53 circulavam com um total de páginas entre quatro e seis, 39 tinham caráter literário e 28 eram semanais, já que os outros não indicavam periodicidade. Os jornais ainda tinham em comum o caráter sarcástico, humorístico e muitos comentários sobre a vida alheia. Além disso, foram encontrados 24 títulos que



possuíam ilustrações e bordas diferenciadas em seus exemplares, 19 com notas, incluindo, falecimentos, aniversários e casamentos, além de 42 títulos com propagandas e anúncios em suas publicações.

Características recorrentes em periódicos Sanjoanenses	
Número de páginas (04 a 06)	53
Literário (poemas, contos, crônicas, perfis, prosas, versos, rimas, pensamentos e sonetos)	39
Semanal	28
Humorístico e/ou sarcástico	12
Ilustrações, imagens ou figuras.	24
Propagandas ou anúncios	42
Notas (enfermos, casamentos, aniversários, falecimento)	19
Relatos do cotidiano (focas)	20
Fontes e bordas diferenciadas	24

Tabela 1: Características recorrentes em periódicos sanjoanenses

Periódicos Sanjoanenses	
Século de surgimento	Quantidade de Periódicos
Século XIX	28
Século XX	38
Século XXI	2

Tabela 2: Número de periódicos sanjoanenses por séculos

Barbacena

A partir da análise de 25 títulos de jornais antigos da cidade de Barbacena, pode-se observar que 21 títulos circulavam com um total de páginas entre quatro e seis, 14 tinham caráter literário e cinco eram semanais, já que os outros não indicavam periodicidade. Além disso, foram encontrados 22 títulos que possuíam bordas diferenciadas e 21 com propagandas e anúncios em suas publicações.

Características recorrentes em periódicos de Barbacena	
Número de páginas (04 a 06)	21
Literário (poemas, contos, crônicas, perfis, prosas, versos, rimas, pensamentos e sonetos)	14
Semanal	5
Humorístico e/ou sarcástico	10
Ilustrações, imagens ou figuras.	7
Propagandas ou anúncios	21
Notas (enfermos, casamentos, aniversários, falecimento)	7
Relatos do cotidiano (focas)	8
Fontes e bordas diferenciadas	22

Tabela 3: Características recorrentes nos periódicos barbacenenses

Periódicos de Barbacena	
Século de surgimento	Quantidade de Periódicos
Século XIX	9
Século XX	15
Século XXI	1

Tabela 4: Número de periódicos barbacenense por séculos



Lavras

A partir da análise de 22 títulos de jornais antigos da cidade de Lavras, pode-se observar que 14 circulavam com um total de páginas entre quatro e seis, 12 tinham caráter literário e oito eram semanais. Além disso, foram encontrados 14 títulos que possuíam ilustrações e 17 com bordas diferenciadas em seus exemplares. Dez títulos possuíam notas, incluindo, falecimentos, aniversários e casamentos, e 18 contava com propagandas e anúncios em suas publicações.

Características recorrentes em periódicos de Lavras	
Número de páginas (4)	14
Literário (poemas, contos, crônicas, perfis, prosas, versos, rimas, pensamentos e sonetos)	12
Semanal	8
Humorístico e/ou sarcástico	3
Ilustrações, imagens ou figuras.	14
Propagandas ou anúncios	18
Notas (enfermos, casamentos, aniversários, falecimento)	10
Relatos do cotidiano (fofocas)	2
Fontes e bordas diferenciadas	17
Propaganda Política	5

Tabela 5: Características recorrentes nos periódicos lavrenses

Periódicos de Lavras	
Século de surgimento	Quantidade de Periódicos
Século XIX	9
Século XX	11
Século XXI	2

Tabela 6: Número de periódicos lavrenses por séculos

Considerações Finais

A partir das análises, é possível notar símbolos e características importantes da imprensa interiorana. Foi possível destacar signos relevantes para a vida cultural dos municípios do Campo das Vertentes, além de colaborar para o registro da história dos meios de comunicação na região. Percebe-se que os jornais dos períodos analisados se preocupam em relatar o cotidiano das pessoas da cidade, divulgar contos, poemas e rimas, situações peculiares que acontecem na cidade, evidenciando assim, o jornalismo regional como espaço do cotidiano das cidades e fórum de exercício da cidadania.

Referências Bibliográficas

BELINAZO, Denadeti Parcianello e JACOMELLI, Jussara. **Diversidade e hibridismo culturais: bases do desenvolvimento regional**. 2006. Revista FAE.



CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. **Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de Política econômica regional.** 2000. Gestão e Desenvolvimento.

CANGLINI, Nestor G. **Culturas híbridas.** São Paulo: Edusp, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FACHINELLI, A.C., SATIE, C. **Comunicação, informação e desenvolvimento regional.** IN Comunicação e informação: identidades e fronteiras, organizado por Maria Immacolata Vassallo de Lopes, Divina Frau-Meigs e Maria Salett Tauk dos Santos. São Paulo Recife: Intercom Edições Bagaço, 2000. p. 221-227 V colóquio Brasil-França.

FERNANDES, Mário Luiz. **A Força do Jornal do Interior.** Itajaí, 2003.

GEERTZ, Clifford: **A interpretação das culturas,** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOPES, Dirceu Fernandes. **Em busca do perfil do jornal do interior de São Paulo.** In: LOPES, Dirceu Fernandes; SOBRINHO, José Coelho e PROENÇA, Luiz (orgs.). A evolução do jornalismo em São Paulo. São Paulo: Edicon, ECA/USP, 1998. pp. 105-117.

MARTINO, Luís M. Sá. **Comunicação e identidade: Quem você pensa que é?** São Paulo: Paulus, 2010.

ORTET, Fernando. **A realidade do jornalismo do interior é desconhecida.** In: LOPES, Dirceu Fernandes; SOBRINHO, José Coelho e PROENÇA, Luiz (orgs.). A evolução do jornalismo em São Paulo. São Paulo: Edicon, ECA/USP, 1998. pp. 121-133.

RESENDE, Ênio J. **Cidadania: o remédio para as doenças culturais brasileiras.** São Paulo: Summus, 1992.